

ACTA Nº. 8

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 28-09-10

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e dez, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

António Isidro das Neves Ferreira Marques, Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime, Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luis Filipe Dias Grácio, Maria de Fátima Conde Búzio e Henrique dos Reis Leal. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte horas e quarenta minutos, começando por dar posse ao elemento convocado para substituir o deputado que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante, que substitui Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respectiva acta avulsa de instalação e do respectivo juramento por parte do novo membro, a Senhora **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Continuando no uso da palavra referiu: “ Antes de iniciarmos os trabalhos regulares desta Assembleia, porque o Senhor Fernando Pedro Garcia, que foi Presidente

desta Assembleia Municipal nos deixou recentemente, propõem-se que seja cumprido um minuto de silêncio em sua homenagem”.

Cumprido que foi o minuto de silêncio, a **Presidente da Assembleia** disse:” Antes de entrar no período de antes da ordem do dia, queria informar que, aguardamos o agendamento da reunião solicitada com a REFER relativamente à Estação Ferroviária e à passagem sobre a linha do leste, tendo sido sugeridas três datas para as quais aguardávamos resposta para a marcação final, das três datas duas já passaram, portanto continuamos a aguardar na expectativa da terceira data poder ser cumprida.

Tinha sido questionada recentemente em sede de Comissão Permanente sobre o relatório da inspecção à Câmara, acontece que foi realizado o contraditório e enquanto não houver evolução desse processo o relatório mantém-se em reserva quanto à sua divulgação pública.

Nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo quinto do Regimento “Compete à Assembleia Municipal, acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, das Fundações e das Empresas Municipais”, por força disto, e ao abrigo da alínea d) do número três do artigo quadragésimo oitavo da Lei das Finanças Locais, foi-nos remetido pelo senhor Revisor Oficial de Contas do Município o relatório semestral sobre a situação económica e financeira da Autarquia, que eu fiz chegar aos membros desta Assembleia por e-mail.

Nesse sentido, coloco à votação da Assembleia a inclusão da apreciação deste ponto na ordem de trabalhos desta sessão, como o décimo ponto da ordem dos trabalhos.”

VOTAÇÃO DA INCLUSÃO DE MAIS UM PONTO NA ORDEM DOS TRABALHOS.

A inclusão de mais um ponto na ordem dos trabalhos “ Informação sobre a situação económica e financeira no primeiro semestre de 2010”, foi aprovada por unanimidade, com vinte votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

Continuando esta parte inicial, sou a informar que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, informou que não poderá estar presente nesta sessão, porque decorre em simultâneo a reunião da Assembleia de Freguesia.”

Submeteu de seguida à discussão e votação da acta número sete.

Pediu a palavra **Mário Eugénio** que referiu: “ Há aqui uma frase na página sete que está completamente fora de esquadria em que diz: *Continuou Mário Eugénio que referiu do nosso ponto de vista, estes concursos circulam aquilo que nós consideramos....*, não está correcto, deve ser correspondem e solicitava essa correcção.”

Não havendo mais pedidos de intervenção relativamente à acta número sete, a **Presidente da Assembleia**, colocou-a à votação.

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO SETE

A acta número sete foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e duas abstenções, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo uma do Bloco de Esquerda e outra da Coligação Democrática Unitária.

Foi presente a seguinte Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária:

MOÇÃO

Considerando que:

De acordo com o Plano Rodoviário Nacional a “A23 – Auto Estrada da Beira Interior” atravessa os distritos de Santarém, Portalegre (Gavião), Castelo Branco e Guarda, ligando Torres Novas (nó da A1) à Guarda (nó da A25). Em comprimento a A23 é a 3.ª maior auto-estrada do País e considerada estruturante na rede rodoviária portuguesa, assim como, assegura uma ligação estratégica transfronteiriça a Espanha e à Europa uma das principais vias de circulação de pessoas e bens de acesso ao exterior.

A A23, tendo sido planeada e concebida como Itinerário Principal (IP6), deixou de ter alternativas rodoviárias na maior parte da sua extensão, desde Torres Novas à Guarda. Partes das Estradas Nacionais 3, 16, 18 e outras passaram para a mão dos municípios que lhes deram perfis urbanos nalguns troços. O traçado da A23, nalguns locais fez desaparecer as antigas vias.

A aplicação de portagens na A23 não só penalizaria a população, como cria mais dificuldades ao já debilitado aparelho produtivo do interior, designadamente nos distritos de Santarém, Castelo Branco e Guarda, aumentando as assimetrias já de si preocupantes.

Portajar a A23 acentua as consequências negativas ao nível do atraso das forças produtivas, do abandono das populações, do subdesenvolvimento e cria mais dificuldades às acessibilidades e mobilidade.

A A23 tem particular impacto nos concelhos do Médio Tejo como eixo de ligação entre cidades, vilas e núcleos populacionais estruturados a partir de actividades complementares.

A reestruturação dos muitos serviços públicos, intermunicipais e do Estado, têm sido decididos num pressuposto da existência da A23 como via estruturante de acesso universal e gratuito. Como exemplos disso apontam-se o Centro Hospitalar do Médio Tejo com três hospitais e, mais recentemente, a constituição dos Agrupamentos de Centros de Saúde.

Assim:

Face às assimetrias regionais expressas nos indicadores económicos que caracterizam os concelhos servidos pela A23.

Atendendo a que não existem alternativas de circulação à A23.

Tendo em conta que o pagamento dessa via foi sempre assegurado pelos nossos impostos de forma solidária e com a preocupação da coesão territorial e nacional.

Face às intenções do Governo em portajar a A23 em toda a sua extensão (SCUT e troço das EP).

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária de 28 de Setembro de 2010, delibera repudiar a introdução de portagens na A23, medida lesiva para as populações, para o desenvolvimento e para a coesão económica e social do interior do País, assim como, aprovar esta deliberação em minuta e dela dar conhecimento ao Sr. Presidente da República, à AR (presidente, Grupos Parlamentares, Comissão de Obras Públicas), ao Governo (Primeiro Ministro e Ministro das Obras Públicas), ANMP, ANAFRE e Comunicação Nacional e Regional.

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Sendo certo que já o executivo camarário aprovou uma moção sobre esta matéria e que a própria Comunidade do Médio Tejo, também aprovou uma moção neste sentido por unanimidade, e sendo certo que é obviamente uma batalha não partidária da Coligação Democrática Unitária, mas de

todos os eleitos que aqui estão, obviamente que contará com o apoio do Partido Social Democrata, porque estamos a trabalhar pelo interesse das nossas populações.” -----

Durante a intervenção de José Baptista, compareceram Henrique Leal, Manuel Domingues e Lopes Terra em representação da Freguesia de São João Baptista. -----

Interveio **António Ferreira**: “ Na situação de então, ainda se colocava a questão do traçado da saída da A1 e Abrantes ficar fora destas portagens, portanto, neste momento isso está completamente ultrapassado, já há por parte do Governo a intenção de portajar todo o traçado da A23.” -----

Prosseguiu **Henrique Leal**: “ Antes de mais peço desculpa pelo equívoco, as reuniões habitualmente são às nove horas e nunca mais me lembrei que era às oito e meia. -----

Não ouvi as intervenções sobre o assunto, mas conheço a moção já a tinha lido e pedi a palavra para muito rapidamente fazer algumas considerações. -----

Não vou ser exaustivo, mas tinha feito um levantamento das ocorrências sobre este assunto que constatámos desde que ele surgiu na ordem dos trabalhos dos nossos dias todos, desde o início do ano pelo menos, moções, propostas, considerandos, encontros, associações, inclusive na Associação de Municípios do Médio Tejo tem sido um assunto muito falado e nós, claro, que votamos a favor desta moção. -----

No entanto o considerando que gostaria de deixar era este: Vamos ver, se quando chegar a altura de fazermos mais do que apenas palavras, se todos temos a coragem e o aviso necessário para fazer aquilo que é essencial para travar este processo que como todos sabemos, no mínimo é deselegante não só para o Entroncamento, como para as Autarquias e populações servidas pela A23.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Continuou **António Ferreira**: “ Queria demonstrar o nosso regozijo pela homenagem que foi feita no dia vinte e cinco, a duas personalidades do Entroncamento, na qual nos incluímos também nestas homenagens. -----

Destaco aqui uma das pessoas homenageadas, Jorge Ferreira é um reconhecimento a um jovem que morreu muito cedo, de facto, para aquilo que ele podia fazer ainda mais no domínio da arquitectura, enche-nos de orgulho a todos especialmente aos familiares e amigos que estiveram presentes na homenagem. -----

No entanto, chamo a atenção de uma questão que me pediram para a colocar aqui, estas questões públicas devem envolver sempre os familiares mais próximos para que possam fazer parte da homenagem, para que possam estar presentes. -----

A Câmara aprovou por deliberação no dia dezasseis de Agosto esta homenagem, foi entregue entretanto à família, à mãe do jovem, uma comunicação com a data de vinte de Setembro de dois mil e dez, com quatro dias antes da iniciativa, esta carta não foi imediatamente entregue, deve ter demorado mais um ou dois dias, mas de facto, a mãe com grande pena dela, não pôde estar presente nesta homenagem porque tinha uma viagem marcada para Moçambique, o que foi impossível estar presente. -----

Chamo a atenção para este tipo de homenagens, que envolvam a família com alguma antecedência, para que os familiares possam desfrutar desta iniciativa pública.”

Referiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “Agradeço a sua intervenção, não querendo responder à sua questão, independentemente da questão focada, congratulo-me também com as homenagens que foram realizadas. -----

Acho que tanto o Arquitecto Jorge Ferreira por um lado, como o Senhor José Canelo por outro, eram de facto pessoas merecedoras do nosso apreço, do nosso reconhecimento destas homenagens. -----

Relativamente a questões processuais, parece-me que não será o melhor local para a discutirmos, não foi essa a informação que me foi dada, nomeadamente pela boca de uma pessoa muito próxima da Doutora Teresa Ferreira, tal como, acho estranho que qualquer coisa que é pública, porque resulta de uma reunião pública da Câmara Municipal, qualquer coisa sobre que várias pessoas muito próximas do Jorge vieram a falar nos últimos tempos, possa ser razão para uma observação desta natureza numa sessão da Assembleia Municipal e mais não digo, porque não quero manchar aquilo que foi uma homenagem que acho justa ao Jorge Ferreira.” -----

Respondeu **António Ferreira**: “Espero que não me entendam mal em relação às questões que coloquei. -----

Foi-me pedido por um dos familiares que não pôde estar presente, para levantar esta questão é evidente, que nós achamos muito bem por parte da Câmara e não colocamos em questão esta cerimónia como todas as outras que têm sido feitas. -----

Abrimos aqui um parêntese para dizer que, é conveniente tratarmos dos assuntos com maior antecedência, neste caso, como noutros casos com os familiares.” -----

Prosseguiu **Carlos Amaro** que referiu: “Decidiu a maioria absoluta autorizar a alteração da finalidade e de área de construção de um lote na rua do Casal Vaz, para aí se instalar um jardim de infância.” -----

Neste momento a Senhora **Presidente da Assembleia**, interrompeu o Senhor Carlos Amaro para referir: “Não há matéria que seja abordada por esta Assembleia, que possa depois ser abordada pelo público. -----

Portanto, ao abordarmos essa matéria nesta Assembleia, vai esvaziar a oportunidade de qualquer pessoa que está no público, falar sobre ela. -----

Não sei se deveria ter feito isto ou não, mas acho que é no mínimo eticamente correcto da minha parte fazê-lo, porque efectivamente, diz o regimento da Assembleia que matéria discutida pelos senhores deputados desta Assembleia, não pode ser comentada ou objecto de intervenção do público.” -----

Prosseguiu **Henrique Leal**: “Acabámos de ter conhecimento que houve hoje na Comissão de Obras Públicas da Assembleia da República, uma audição com o Senhor Presidente da REFER e que nessa audição, foram levantadas várias questões que posso citar rapidamente, a questão do desvio da linha do norte em Santarém e a questão da estação do Entroncamento. -----

Em relação ao desvio da linha do norte em Santarém, o Senhor Presidente da REFER esclareceu o que havia a esclarecer, que há uma verba envolvida com o Plano de Estabilidade e Crescimento de duzentos e oitenta milhões de euros e que está o assunto a ser estudado. -----

Em relação à estação do Entroncamento, cito, disse que era um problema muito querido da Autarquia, que existe um problema de passagem de nível que obriga a um desvio e que por isso custa muito dinheiro, que é necessário substituir aparelhos da via, o que se vai fazer no próximo ano e mais não disse sobre a estação propriamente dita e sobre o atravessamento da linha férrea da linha do norte, disse que era muito caro e portanto chutou para canto, como nós dizemos na gíria. -----

Penso que mais dia, menos dia, nós poder local, temos que tomar posições mais enérgicas em relação a esta matéria.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra **Rui Santos**, que referiu: “ Sou morador na urbanização do Casal do Vaz, o que me trás aqui, penso que não seja uma situação muito fácil. -----

Tinha um discurso preparado, mas lá fora ao cumprimentarem-me, perguntaram-me se estava tudo bem, não pode estar tudo bem, se estivesse tudo bem estava em casa com o meu filho. -----

O que se passa é o seguinte: Há um mamarracho construído junto à minha moradia, onde julgo e tenho a certeza, não pode estar correcto e todos os presentes que verificaram essa situação, também concordam comigo. -----

A prova disso, é quem está a trás de mim, a maioria deles são moradores na urbanização Casal do Vaz. -----

Aquilo que tenho para dizer, pergunto a todos se acham correcta aquela construção feita ali, primeiro lugar. -----

Segundo lugar, penso que há ali muita má fé, tenho provas na altura em que estive de férias em Setembro de dois mil e nove, ao chegar a casa, verifico com um pilar construído junto às minhas janelas tapadas, tenho a prova do auto levantado pela PSP que já a entrego à Assembleia, onde causou muitos distúrbios como devem calcular, a nível familiar e financeiro, pois tive que avançar com acção judicial e a nível familiar, tenho provas também, onde a minha esposa eu e o meu filho de cinco anos, de alguma forma estamos esgotados com esta situação toda, pois já lá vai um ano. -----

A Câmara tem conhecimento de tudo o que se está a passar e até à data, não houve qualquer tipo de resolução, nem no mínimo boa vontade, na minha opinião pessoal, era tudo evitado, tenho aqui a declaração do hospital e também tenho de médicos. -----

Além disto, tenho uma petição assinada que passo mais tarde a entregar, onde prova que nós não fomos notificados pela construção da mesma, julgo no mínimo estranho, pois a Lei obriga à notificação da mesma – Lei sessenta de dois mil e sete. ----

Aquilo que pergunto, no meio disto tudo, não tenho nenhum prazer em estar aqui, volto a frisar é a primeira vez, é se, alguém que aprova a construção de um mamarracho daqueles, junto àquela moradia tem competência para estar no cargo, onde há aquela arquitectura naquele urbanismo, se a pessoa que faz aquela aprovação tem competência.

Pergunto também, se têm conhecimento que o mesmo está a funcionar sem licença, com cabos de energia a passar via aérea de um colégio para o outro, com cabos de água a passar via aérea juntos, energia e água que liga muito bem como devem calcular, à vista de todos, onde está ilegal, conforme tenho participação à EDP e PSP e EPAL, a Câmara tem conhecimento disto? -----

À parte disto tudo, aquilo que eu quero com a minha intervenção aqui hoje e desde já agradeço, é que, resolvam esta situação o mais breve possível. -----

Eu estive na Câmara Municipal do Entroncamento há um ano juntamente com o Senhor Presidente, e disse-lhe que só cá voltaria mais uma vez e aqui estou eu hoje, passado um ano, com a mesma situação muito mais agravada e sem resolução para o assunto, porque solução vai haver, agora se é uma ou outra, eu não sei. -----

Muito mais havia para dizer, fica para uma próxima oportunidade.” -----

Referiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Tomaremos conta, procurarei esclarecimentos e logo que possível, daremos alguma informação e a orientação sobre aquilo que está a decorrer.” -----

Interveio **Ana Pereira**: “ Acho que o meu marido já adiantou muito o tema, mas só pergunto aos senhores, qual era a reacção dos senhores ao chegarem a casa e terem as janelas completamente tapadas, ou seja, um saco de plástico do lixo preto e a outra parte em tijolos, quem é que consegue viver com essa situação, chegar um dia a casa e só ter um pilar do lote ao lado e ter as janelas completamente tapadas com um saco de plástico do lixo preto e tijolos que nem rebocados foram porque não podiam rebocar. -----

Pergunto, qual é a Câmara que faz uma coisa destas, às pessoas que escolhem viver no Entroncamento, que escolhem aquele espaço, aquele sítio, que não prejudicam ninguém, escolheram aquele lote para fazer a sua casa, para serem felizes com a sua família, inclusive o meu filho nasceu lá, fui eu que escolhi a minha casa, aquele lote porque o sítio era óptimo, sossegado, espectacular e pergunto, como é que é possível, chegar aqui um senhor à Câmara e dizer que precisa do lote ao lado para construção de um infantário e a Câmara autoriza e nem sequer pensa nos moradores que lá moram ao lado, que também são seres humanos, que eu saiba. -----

Aproveito para dizer que em relação ao estacionamento, é horrível, como é que se admite que aquele senhor consiga chegar aqui à Câmara e fazer este tipo de coisas que fez, que vocês devem estar a par da situação, os barulhos das crianças não me incomoda nada. -----

Também é preciso salientar, que desde o princípio sempre disse que o senhor podia fazer lá o colégio e pôr lá crianças, nós não somos contra isso ele pode pôr o que ele quiser no terreno dele, mas tinha de cumprir as Leis e eu quando comprei o meu lote, o que estava estipulado para o lote ao lado era uma moradia e não aquele mamarracho que lá está. -----

Há um ano atrás estive aqui na Câmara a solução era o senhor Rui Tereso comprar a minha casa, eu não a quero vender, como é que é, eu fico lá com as minhas janelas tapadas, a minha casa há sete anos custou cerca de duzentos mil euros, mandei lá um avaliador do Montepio que na altura recorri para o empréstimo da minha casa e a resposta que me deram, foi que a casa valia zero se não fosse o senhor do colégio ao lado a comprar, porque ninguém vai comprar uma casa naquelas condições, em que uma pessoa abre uma janela e depara-se com um bocado de tijolo pela frente, isto já para não dizer da privacidade que tira aos meus vizinhos que moram nos outros lotes ao lado, inclusive tenho um vizinho de um outro lote, que também ficou prejudicado porque o senhor tapou-lhe os painéis solares. -----

Pergunto como é que é possível a Câmara fazer uma coisa destas, só pensou no senhor Rui Tereso e nas outras pessoas que moram ali ao lado, não são ninguém, qual é a Câmara do País que faz uma coisa destas? -----

Acho que não tenho mais nada para dizer, acho que já estavam todos a pare da situação e fico realmente à espera de uma resposta.” -----

Respondeu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Daquilo que me é dado a saber, a Câmara procurou agir em conformidade com a Lei e se houve aqui situações que não vão ao encontro daquilo que se considera o mais correcto ou daquilo que será o mais desejável, a Câmara não agiu no pressuposto de que estava a não cumprir a Lei. ---

Este é o princípio, estou a dar uma resposta que não é uma resposta, não tenho que vos responder, mas, acredito que aquilo que foi feito da parte dos senhores eleitos, suportados por equipas técnicas é feito na perspectiva de que se está a cumprir a Lei.” --

Continuou **João Ramos** que referiu: “ Sou jurista na Função Pública, houve aqui várias questões, os donos não andam bem informados em relação às Leis e aos diversos regulamentos, eu conheço os regulamentos de construção de Leis nacionais e as da Câmara e dizem-me que a Câmara agiu de bom modo ou de modo não ilegal. -----

Eu moro no edifício em frente e se for lá um engenheiro e levar uma fita métrica e descer à cave onde são as garagens, não há nenhuma medida legal em relação à legislação geral e à regulamentada da Câmara e portanto, não é admiração nenhuma que exista isto no espaço onde está, ou seja, existe uma área de construção de x é pedida uma licença que é dada, é pedido uma licença de alargamento em relação à área, ou seja, existe ali um terreno onde devia ser uma moradia que tinha à volta espaço e nasce uma moradia geminada. -----

Em relação aos engenheiros que fazem, em relação aos engenheiros que vêm, em relação aos projectos, em relação a tudo e mais alguma coisa, se não há má fé, desconhecem a Lei no mínimo. -----

Inclusivamente o indivíduo que me vende a casa, acho que na altura havia eleições e ele disse-me ok, arranja-se a licença necessária a habitar a casa, vai-se ao Presidente, ele é meu amigo e assina isto num estante, ou seja, isto leva as pessoas a adoptarem ou imaginarem que há coisas que se fazem devido a haver amigos e a amizade anula alguma legalidade aos regulamentos ou anula Leis existentes a que não se obedece. -----

As pessoas que não andam bem dentro das Leis, ao verem isto tudo, imaginam isto, há amigos que fazem isto, que podem este mundo mais o outro, há licenças ilegais que fazem a casa e depois de feita como é que é? Há Leis depois a mandá-las a baixo ou não? -----

Na minha casa, em frente há um terreno onde vinha no projecto um espaço de jogos ou lazer, agora já há a hipótese de meter lá um barracão, o mesmo indivíduo, onde vai lá meter um pavilhão desportivo, ou seja, do meu lado existem edifícios e do outro lado da rua existe um barracão, existe já ali uma guerra instalada, se enfiar lá um barracão naquele sítio, acho que vai aumentar a guerra. -----

Existem engenheiros na Câmara, arquitectos, juristas, acho que as pessoas ignorarem as Leis existentes de várias ordens, das duas, uma ou não as lerem, ou as amizade é que não dão mais.” -----

Referiu a Senhora **Presidente da Assembleia**: “ Penso que houve uma afirmação em particular muito grave, que foi aqui feita, infelizmente por vezes usam-se os nomes das pessoas e os argumentos e eles não são verdadeiros, posteriormente com certeza o Senhor Presidente da Câmara vai querer averiguar daquilo que são as afirmações, porque é o seu bom nome que fica aqui em causa e nessa medida, eu não o questione, até à data não tive razão para isso. -----

Lamento profundamente, que às vezes algumas pessoas para venderem digam algumas coisas.” -----

Pediu a palavra novamente **Rui Santos**: “ Aqui só prova o desagrado e todos os moradores, ou neste caso a maioria dos que estão aqui representados naquela urbanização, a prova disso é ele estarem aqui presentes. -----

Pergunto também, e a minha esposa já falou, a nível do estacionamento como é que é possível a Câmara ter vendido vinte lugares de estacionamento, onde tenho provas disso, e onde ao chegarmos a casa deparo-me por vezes, onde não tenho lugar para estacionar, nem tão pouco entrar em casa, onde tenho que chamar a PSP e onde tenho provas disso de autos.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Sobre esta matéria a Mesa da Assembleia tratará de encontrar algumas respostas e diligenciará junto da Câmara Municipal, através do Senhor Presidente. -----

Não havendo mais intervenções, entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. ---

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

TOMADA DE POSSE – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO -----

Após a leitura da acta avulsa e de todos os trâmites legais da tomada de posse, a **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PROJECTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DE APOIOS A ENTIDADES E ORGANISMOS -----

Pediu a palavra **Fátima Búzio**: “ Esta alteração veio aligeirar todo o processo e tornar mais fácil a aceitação das candidaturas, por isso, nós votamos a favor da alteração.” -----

Prosseguiu **Mário Eugénio**: “ Começava por referir as diferenças entre o artigo sétimo que agora é proposto e o artigo sétimo que consta do actual regulamento. -----

No artigo sétimo do actual regulamento há um júri que aprecia e delibera sobre as candidaturas em trinta dias a partir da data da apresentação das mesmas, esse júri é constituído por três elementos da Câmara e dois designados entre cidadãos representativos. -----

Com esta proposta de alteração, o que se pretende é que, passe a ser a Câmara a deliberar no mesmo prazo de trinta dias. -----

Perguntámos o que é que se pretende com isto e a Câmara foi muito clara, pretende-se aligeirar o processo de concessão de apoios a entidades e organismos, adequando-os à realidade existente. -----

A conclusão que nós tiramos e é a nossa conclusão, é que aligeirar processos consiste na prática em prescindir de elementos designados entre os cidadãos representativos, ou seja, até aqui havia um júri constituído por representantes da Câmara e elementos designados entre cidadãos, hoje, esta parte acaba. -----

Nós na Coligação Democrática Unitária não vamos dar o aval a mais esta machadada na participação dos cidadãos, no caso concreto no domínio do desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo das comunidades. -----

Iremos portanto, votar contra esta proposta de alteração.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “**Projecto de Alteração do Regulamento para a Concessão de Apoios a Entidades e Organismos**” foi aprovado por maioria, com vinte um votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes da Junta de Freguesia e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

PROPOSTA DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

Não havendo pedidos de intervenção a **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**Proposta da Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2011 -----

Interveio **Manuel Domingues**: “Mais uma vez a Câmara pretende obter valores do Imposto Municipal sobre Imóveis aplicando as taxas de zero vírgula sete e zero vírgula quatro por cento. -----

É do conhecimento de todos o agravamento de impostos a que a população foi sujeita no ano de dois mil e dez bem como os novos aumentos previstos para dois mil e onze. -----

Face a essas dificuldades acrescidas a que a população está a ser submetida parecem-nos que seria razoável que a taxa a aplicar neste imposto fosse um pouco reduzida de modo a minimizar o impacto negativo que a crise económica tem tido sobre o rendimento das famílias. -----

Sabemos que a Autarquia se debate com dificuldades financeiras e por isso pretende a todo o custo aumentar as receitas, nomeadamente através deste imposto o qual tem proporcionado uma receita sempre crescente. -----

Continuamos a pensar que a resolução das dificuldades com que a Autarquia se debate devem passar em primeiro lugar pela redução das despesas. O aumento da receita se é acompanhado de aumento da despesa, como se tem verificado, nunca resolverá o problema do endividamento. -----

Desde há muito tempo temos insistido na necessidade de controlar as despesas correntes mas até agora não vimos qualquer indicação de que isso esteja a acontecer pelo que não vemos justificação para aprovar estas taxas para o Imposto Municipal sobre Imóveis.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “Estas taxas da forma como estão a ser aplicadas, afectam um direito constitucional, que é o direito à habitação. -----

Era suposto que o código de Imposto Municipal sobre Imóveis introduzisse justiça, foi para isso que ele foi feito, e isso tinha um mecanismo que era o da avaliação dos prédios num prazo de dez anos, o que acontece, é que esse mecanismo e prazo para avaliação dos prédios não tem sido feito da forma como estava previsto inicialmente, ou seja, são aplicadas as taxas no seu valor máximo como é proposto aqui na Câmara Municipal. -----

Isto não introduz qualquer justiça, porque não são avaliados os prédios mais antigos, os prédios mais actuais são avaliados por valores muito elevados. -----

As receitas que a Câmara tem cobrado vão aumentando de ano para ano e vai continuar a aumentar de ano para ano, porque aquelas isenções de dez e seis anos estão a chegar ao fim e são mais os contribuintes. -----

O que era necessário de facto, e apelamos para isso, a maioria dos prédios neste momento já estivessem avaliados nos termos do código.” -----

Continuou **Luis Grácio**: “A fazer sete anos em Dezembro em 2010-12-01 a Lei relativa ao Imposto sobre Imóveis (IMI), tem por pressupostos uma tendencial equidade na tributação de todos os detentores de bens imóveis. -----

Pretendia-se acabar com os casos de certos proprietários que mesmo possuidores de valiosos imóveis mas cujo valor matricial, não actualizado, lhes permitia pagar

valores irrisórios, ao mesmo tempo que viria a desonerar os que pagavam valores significativos de imposto, sem que para isso possuam bens de enorme valor patrimonial.

Para isso a Lei prevê que se proceda à reavaliação de todo o parque habitacional, de forma a equilibrar o que cada um contribuiu para o erário público. -----

Todavia, vimos assistindo ao seu inverso, as avaliações continuam por fazer, uns pagam de mais do que deviam e outros continuam ainda longe do que deveriam pagar. --

A Lei não previa a diminuição das receitas dos Municípios, mas também não apadrinhava o seu contínuo aumento, que é o que de facto se tem assistido. -----

Atendendo a esta situação e ao agravamento destas condições de vida de grande parte da população, nomeadamente da população do Entroncamento, o Bloco de Esquerda propôs na Câmara Municipal do Entroncamento, que para o próximo ano, as taxas do IMI baixassem zero vírgula sete, para zero vírgula seis, no caso dos prédios urbanos não avaliados nos termos do CIMI e de zero vírgula quatro, para zero vírgula três relativamente aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e zero vírgula oito para os prédios rústicos. Mais uma vez, não foi este o entendimento da maioria absoluta do Partido Social Democrata, o qual impediu que as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis baixassem no concelho do Entroncamento. -----

Esse abaixamento do IMI não só era necessário, como seria possível e justo. -----

A este propósito não podemos deixar de destacar que em cerca de dez anos, a receita deste imposto mais do que triplicou, passando de cerca de seiscentos mil euros para mais de dois milhões de euros. Estando cada vez mais contribuintes a compartilhar com a sua contribuição, poderíamos estar hoje a aplicar taxas mais moderadas, desonerando as famílias, pois que se constata que ano após ano a receita do IMI vem aumentando. -----

Inclusive o CIMI prevê a aplicação de acções de discriminação positiva ou negativa, no combate à desertificação ou em operações de reabilitação urbanística, assim como no que concerne a prédios devolutos, os quais poderão inclusive vir a ter a taxa de IMI aumentada para o dobro, a exemplo do que ocorreu recentemente em Tomar, em que foi apresentada uma proposta para o efeito. Desta forma se poderia atenuar o efeito de eventual abaixamento da receita, por via da aplicação de taxas mais baixas, e se contribuiria para um equilíbrio do contributo de todos. -----

Enquanto nos limitarmos a aplicar taxas, sem um olhar criterioso sobre o seu resultado no tecido urbano e na equidade que se pretende para os municípios do Entroncamento, estes vão continuar a sentir o efeito da acção da maioria do Partido Social Democrata directamente nos seus já exauridos bolsos. -----

Por estes motivos, iremos votar contra esta proposta.” -----

Não existindo mais pedidos de intervenção, a **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro, “ **Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2011**” foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2011 -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro**: “ A derrama é um imposto que tem por objecto os lucros das empresas com sede no concelho. -----

Ao aplicar uma taxa máxima de um vírgula cinco por cento de derrama na actual conjuntura económica e financeira, demonstra dois aspectos: -----

O afogo financeiro desta autarquia; e -----

O desinteresse na captação e manutenção do investimento privado no concelho. –

Todos assistimos a críticas ao endividamento público e ao aumento da carga fiscal. A palavra de ordem é o corte na despesa. -----

Exactamente o contrário da prática administrativa da maioria do Partido Social Democrata no nosso Concelho. -----

Tomemos por exemplo os concelhos vizinhos na derrama de 2010: -----

Vila Nova da Barquinha – Derrama 1,35% ; -----

Torres Novas – Isenção até 150.000.00 euros de facturação; -----

Tomar – 0,5 % até 150.000.00 euros de facturação. -----

A actividade empresarial privada cria riqueza, postos de trabalho, sendo uma mais valia para qualquer concelho. -----

Reconhece, concerteza, que esta nunca foi uma aposta da maioria do Partido Social Democrata, sendo a aplicação da taxa máxima uma clara evidência! -----

Por este motivo, esta bancada socialista vota contra a aplicação da taxa máxima de derrama no nosso concelho.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Como já temos afirmado em situações anteriores, para nós a derrama incide sobre empresas com lucro, empresas que têm alguma solidez financeira e portanto, é justo que se aplique. -----

Temos que ter uma situação em conta, estes um vírgula cinco por cento ficam no concelho, é para investimento no concelho, as actividades das empresas que têm o seu trabalho no concelho, deixam alguma riqueza para a Câmara poder depois fazer alguma política de investimento. -----

No entanto, parece-nos adequado que em face dos vários anos em que já foi aplicado esta derrama e a sua finalidade para o comércio local, que se faça um estudo de impacto económico sobre o comércio de quais foram os resultados desta aplicação. -----

Todos nós sabemos que em tempos, o comércio no Entroncamento era considerado o centro comercial na zona norte do distrito, hoje não o é, hoje está numa profunda situação de crise, que tem a ver com a falta de investimentos em sectores produtivos, a decadência em alguns sectores produtivos e também na área militar, ou seja, se calhar esta política que tem sido desenvolvida até agora, não deve ser aplicada só desta forma, deve ser aplicada com outras políticas no sentido da atracção de investimento. -----

Não creio, que por levarmos um vírgula cinco por cento sobre os lucros às empresas, que elas saiam do Entroncamento, até porque, as empresas que estão em situação económica difícil, essas empresas não pagam estes um vírgula cinco por cento.” -----

Continuou **Luis Grácio**: “ Sobre este assunto, temos a dizer que nada nos move contra a aplicação da derrama, pois é justo que quem obtém lucros da sua actividade empresarial contribua na justa proporção para o bem estar de todos. -----

Todavia não podemos deixar de considerar a particularidade do momento em que vivemos, em que muitas pequenas e médias empresas vivem com sérias dificuldades, não sendo ignorado por ninguém o fecho de muitas pequenas e micro empresas no nosso concelho, devido à actual crise económica. -----

Atendendo a estes factos, procuramos que a derrama de dois mil e onze fosse mais equilibrada apresentando uma solução progressiva, escalonada que tivesse em conta a real situação económica financeira das unidades empresariais no concelho. -----

Não foi esse o entendimento da maioria do Partido Social Democrata na Câmara e assim mais uma vez se vai aplicar uma taxa única, que não vai ter em conta a inúmeras dificuldades sentidas pelas pequenas empresas, as quais vivem em situações em nada comparáveis às grandes unidades empresariais e para as quais deveria haver uma descriminação positiva. -----

Por esse motivo nós iremos votar contra a presente proposta.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação: -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco, “ **Lançamento de uma Derrama para o ano de 2011**” foi aprovado por maioria, com catorze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e nove votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista e três votos do Bloco de Esquerda. -----

António Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: “ Era para terem em atenção a proposta que nós fizemos, de se fazer um estudo de impacto da aplicação destas verbas é extremamente importante que se vejam os resultados da aplicação destas verbas.” -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2011 -----

Interveio **Manuel Domingues**: “ Atendendo às dificuldades a que a população está a ser sujeita, devido à crise que atravessamos e ao generalizado aumento de impostos que se tem verificado, gostaríamos que a Câmara, através desta possibilidade que a lei lhe confere, contribuísse para minimizar o sacrifício a que as famílias estão a ser submetidas, prescindindo de uma parte deste imposto. -----

Não é essa a opinião da Câmara pelo que iremos votar contra esta proposta.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ É sabido que nesta área do investimento as Câmaras Municipais fazem muito mais do que o governo central. -----

É tentador oferecer umas migalhas aos contribuintes locais e ceder à demagogia e às propostas do governo em relação a esta questão, no entanto há que ter em atenção alguns factos: -----

As leis devem tratar os contribuintes de igual forma desde Vila Real de Santo António a Bragança, passando pelas Ilhas e portanto, na aplicação dos impostos também. -----

A Constituição e a Lei do Financiamento das Autarquias Locais, estipula que parte das receitas em impostos são para as populações locais, para fazer face às necessidades da população, se o governo quer aliviar os contribuintes que o faça de uma forma justa e de uma forma eficiente, mas que seja ele a dar esse passo e aplicando melhor até os dinheiros públicos que muitas vezes são mal gastos, como é do nosso conhecimento. -----

O Entroncamento necessita deste IRS, pois recebe poucas transferências em termos dos Fundos de Equilíbrio Financeiro. -----

O concelho do Entroncamento na proposta do Orçamento para dois mil e dez, tinha dois milhões duzentos e setenta e um mil euros de receitas do FEF, de longe as receitas mais baixas do distrito, estava em último lugar, todos os outros concelhos, mesmo aqueles que recebem menos, estavam acima dos três milhões, ou seja, aonde é que o concelho recebe alguma coisa para compensar esta falta de receitas, recebe através dos cinco por cento do IRS, aliás a lei foi feita para isso. -----

Mesmo com esta aplicação, o concelho do Entroncamento, fica em décimo sétimo lugar em termos das receitas conjuntas FEF e IRS. -----

Portanto, é importantíssimo a aplicação destes cinco por cento, também estou de acordo que os impostos sobre o trabalho, os impostos em sede de IRS estão muito elevados e não é só o estarem muito elevados, é que depois são mal gastos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número seis à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “ **Participação Variável do IRS para o ano de 2011**” foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra do Partido Socialista. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S – 2010 -----

Pediu a palavra **Manuel Domingues**: “ O que se pretende através desta proposta é fazer uma revisão do orçamento de dois mil e dez com vista ao aumento da despesa corrente pelo que não poderemos dar-lhe a nossa aprovação”. -----

Continuou **António Ferreira**: “ Vamo-nos abster neste ponto, compreendemos a necessidade da revisão, até para aproveitar dinheiros do saldo de gerência. -----

No entanto, gostaríamos que essa revisão fosse feita para reforçar despesas de capital e não verbas mal dotadas, em águas, electricidade e outros valores que deviam ser previstos, embora compreendamos porque é que eles foram dotados dessa forma. ----

Nós compreenderíamos que este saldo fosse aplicado sobretudo no investimento, face aquilo que vem na informação do Presidente e face à informação que nos é dada na revisão de contas, que nós falaremos no ponto número dez.” -----

Luis Grácio referiu: “ Relativamente a esta questão da revisão do orçamento, também a exemplo de outras críticas, nós entendemos que de facto além de compreendermos que é obrigatório colocar o saldo de gerência na actividade do exercício presente, é incompreensível que se coloque só dois euros nas despesas de capital e a grande maioria nas despesas correntes, apesar de se compreender que tinha de ser nas despesas correntes porque elas aumentaram. -----

De qualquer forma, não nos parece coerente com a preocupação de investimento que a Câmara menos tem adorado, e perante esse facto nós iremos abster-nos.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “ **1ª Revisão ao Orçamento e às GOP'S – 2010**”, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra do Partido Socialista e cinco abstenções, sendo três do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

Passou-se ao ponto número oito da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

1ª REVISÃO AO MAPA DE PESSOAL – 2010 -----

Pediu a palavra **Henrique Leal**: “ Naturalmente que vamos votar a favor, no entanto, queria deixar aqui no ar uma interrogação: -----

O fundamento para esta proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, esclarece com bastante clareza duas propostas para assistente operacional, uma para os serviços de áudio técnico e áudio visuais na área da cultura e outra para a Divisão Urbanística e depois na proposta, apareceu um terceiro a contratar, um Técnico Superior para a Divisão dos Serviços Urbanos, com formação na área de engenharia electrotécnica que não aparecia referido na justificação que suportaram as outras duas propostas. -----

Nós naturalmente que iremos votar a favor da proposta, mas gostaríamos de ser esclarecidos em relação ao fundamento desta terceira proposta que não vem aqui fundamentada. “ -----

Continuou **António Ferreira**: “ Nós vamos votar favoravelmente, porque este documento justifica em termos de necessidade dos serviços estes lugares e está também justificada em termos de cabimento orçamental. “ -----

Prosseguiu **Manuel Domingues**: “ Em relação a esta proposta nós iremos abster-nos por razões que pouco interessa referir, mas não queremos deixar de fazer novamente a chamada de atenção, que isto é mais uma proposta para aumento de despesa corrente e portanto, como tem sido a nossa política, fazemos sempre a chamada de atenção para este facto, é que, as despesas com pessoal têm vindo a aumentar sistematicamente, nós temo-las referido insistentemente, pensamos que a Câmara não está em situação de aumentar as despesas.” -----

José Baptista referiu:” Senhor Deputado, não me leve a mal, mas acabou de dizer qual era a declaração de voto da sua bancada e diz que os motivos não interessam porque? -----

Vai ter que explicar a esta Assembleia, porque é que os motivos não interessam, quais é que são os motivos para dar essa declaração de voto. -----

Interessa saber porque é que nós estamos a favor, contra ou abster-nos, o que nós temos aqui explanado é o pedido para integrar em lugares e segundo os esclarecimentos que estão dados, novas pessoas para estes lugares e o Senhor Deputado iniciou a sua intervenção dizendo que se iam abster por motivos que não interessavam.” -----

Respondeu **Manuel Domingues**: “ Quem tem de gerir as finanças da Autarquia é o Partido Social Democrata, a nosso entender achamos que não está em condições. -----

Se o Partido Social Democrata tem motivos para achar que dispõe deste dinheiro, não nos dá a justificação, nós não sabemos se o tem ou não. -----

Portanto isso é um motivo mais que suficiente para nos abster-nos, se o Partido Social Democrata é mesmo imprescindível ter os funcionários, pois que os tenha e que assuma a responsabilidade disso, não é nada connosco.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

O ponto número oito “**1ª Revisão ao Mapa de Pessoal – 2010**”, foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

PROJECTO DE REGULAMENTO DA ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE FOGOS DE RENDA SOCIAL -----

Interveio **António Ferreira**: “ Nós vamos votar favoravelmente, aliás no passado chamámos à atenção para a necessidade de maior transparência na atribuição de casas, isto é um passo em frente na actual situação, trata-se de tornar o processo transparente salvaguardando os interesses colectivos do Município e o interesse individual dos beneficiários da habitação social. “ -----

Referiu **Fátima Búzio**: “ Em relação a este regulamento o nosso parecer vai ser favorável, ao contrário do regulamento que tinha aparecido inicialmente, que não tinha qualidade e regras e não era justo e com o apoio de pessoas que realmente percebiam do assunto, todo ele foi modificado e ajustado e neste momento é um regulamento com pés e cabeça. -----

Por isso, vamos votar a favor deste regulamento.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

O ponto número nove “ **Projecto de Regulamento da Atribuição e Gestão de Fogos de Renda Social**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DEZ -----

APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DAS CONTAS SEMESTRAIS DA AUTARQUIA -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Chamo a atenção do seguinte: Este documento chegou-me à caixa do correio hoje, pelo menos verifiquei que ele lá estava hoje, não tive tempo de o ler, entretanto tirou-se fotocópias li e de facto o documento é interessante porque dá-nos razão em muitos pontos daquelas questões que nós levantamos habitualmente na Assembleia. -----

Foi falado aqui em pessoal e um dos pontos que está aqui, diz que houve uma redução com custos de pessoal no primeiro semestre, não quer dizer que no segundo semestre seja assim. -----

Uma das nossas preocupações é a baixa taxa de execução de receitas de capital e do investimento, são extremamente baixas. -----

Em termos do resultado líquido, houve uma redução enorme do saldo líquido, mas isso só com um semestre não dá para termos uma noção clara do que é que se passa. -----

A rubrica de fornecimentos de serviços ao exterior de facto aumentaram enormemente, espero que este abaixamento dos salários não seja feita à custa de maiores recursos ao exterior o que é mau, porque não criamos postos de trabalho, não criamos oportunidade para as pessoas sobreviverem no nosso concelho. -----

Em termos de capacidade de endividamento é preocupante, de facto temos aqui no endividamento de médio e longo prazo, ainda uma capacidade de endividamento de seis vírgulas dezassete por cento e no endividamento líquido de seis vírgula noventa e dois por cento, de facto é considerado aqui um aumento da dívida, estive a verificar na informação do Presidente com dados mais actuais, leva-nos a dizer que houve uma redução da dívida em relação ao final do ano passado, ou seja, houve receitas de algum investimento que entretanto entraram na Câmara que nos permitiram reduzir alguma coisa em termos da dívida.” -----

Continuou **Luis Grácio** que referiu:” Relativamente a este relatório da auditoria, de facto há aqui algumas questões importantes a referir, nomeadamente a questão da redução de custos com pessoal, é um pouco compreensível que isto aconteça atendendo a que no ano anterior por razões diversas, deve ter havido muito trabalho suplementar e é natural que este ano haja menos recursos com pessoal. -----

O aumento da rubrica de fornecimentos de serviços externos é de facto preocupante, estamos no primeiro semestre, é difícil avaliar, não sabemos se a parte de execução do segundo semestre já reflecte alguma correcção em relação a estes valores avaliados no primeiro semestre, de qualquer forma, é uma preocupação que a Câmara vai ter que fazer um controlo sobre a aplicação da rubrica uma vez que ela está inflacionada relativamente ao mesmo período do ano anterior. -----

Há aqui algumas questões que se prendem com a questão da dívida, que aumentou significativamente, há um acréscimo de quase três milhões. -----

Existe aqui uma coisa curiosa neste relatório que não vem explicada e que vem trazer um resultado líquido benéfico relativamente ao ano anterior, que é proveitos e

ganhos extraordinários, quase um milhão de euros, mas o relatório não explica de aonde é que vem isto e na informação do Senhor Presidente também não encontrei.” -----

PONTO NÚMERO ONZE -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” Antes de entrar neste ponto, queria fazer uma referência positiva. -----

Para além de ser Presidente da Assembleia Municipal sou também professora neste concelho e fiquei bastante satisfeita por mais uma dinâmica do Município na área da educação, nomeadamente com a criação do Portal da Educação, que foi recentemente apresentado à comunidade nomeadamente à comunicação social e portanto, congratulo-me com este trabalho que já está a começar e penso que dará frutos a médio e longo prazo para o nosso Município e para a nossa população em especial que é a quem se destina em última instância.” -----

Pedi a palavra **Manuel Domingues:**” Através da informação ficámos a saber que várias obras irão ser iniciadas. -----

Congratulamo-nos com isso. -----

Não podemos, contudo deixar de fazer alguns reparos: -----

Verificamos que continuam a ser feitos vários e avultados investimentos na zona do Parque do Bonito. -----

Vão também ser feitos investimentos em algumas vias da cidade que não temos dúvidas irão contribuir para o seu embelezamento e melhoria das suas infra-estruturas mas que na nossa opinião não seriam prioritárias. -----

Fazemos este comentário porque verificamos que há determinadas zonas que estão completamente degradadas e esquecidas. -----

Falamos por exemplo de alguns espaços na Urbanização do Casal Saldanha e em particular de uma praca que tem acesso a partir da rua Isabel Falcão Trigoso ou da rua Leonardo Da Vinci a qual se encontra num estado deplorável ou do espaço junto ao CERE que já esteve arranjado e foi deixado ao abandono. -----

Referimos apenas estes exemplos porque sabemos que já várias vezes foram mencionados mas a verdade é que continuam sem ser intervencionados. -----

Gostaríamos de saber para quando podemos esperar o arranjo destes espaços.” ----

Interveio a Senhora **Presidente da Assembleia:** “ Como é sabido comemoram-se este ano cem anos da Implantação da República, há um trabalho já iniciado em parceria com a Câmara Municipal, com a Escola Secundária do Entroncamento e com o Agrupamento Alpha, parceria a que, outras entidades se têm vindo a associar, que vai culminar com a comemoração do cinco de Outubro, em que as pessoas vão reunir-se inicialmente pelas nove horas e trinta minutos, junto à Escola Secundária e ao Agrupamento Alpha, deslocar-se-ão para a Praça da República onde acontecerá uma simulação da “batalha” que aconteceu na Avenida da Liberdade aquando do cinco de Outubro de mil novecentos e dez, subido até aos Paços do Município, onde será formada uma bandeira humana, onde haverá um discurso da República, com a intervenção de jovens que participaram num concurso concelhio para o efeito, onde com a colaboração da Associação Filarmónica haverá uma segunda entoação do Hino Nacional, porque a primeira acontecerá na Praça da República, e culminarão as actividades com um almoço para o qual estão a decorrer inscrições, um almoço republicano com uma palestra ao café. -----

Portanto, sendo uma actividade com as escolas, é uma actividade do concelho, é uma actividade do Município e para além do desafio para aqueles que queiram

participar, cabe-me também a informação, o pedido de divulgação e obviamente o pedido de colaboração a todos aqueles que possam participar nesta acção.” -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal:**” A baixa execução que é aqui vista nesse relatório, evidentemente que esse relatório não é para mim, foi para a Assembleia Municipal eu não tive conhecimento dele, mas pelo que diz aí é referente ao primeiro semestre, como todos sabem, no primeiro semestre não houve entrada do dinheiro do QREN, tínhamos feito a despesa mas ainda não tinha vindo a entrada do dinheiro. -----

Ainda hoje estive com o Médio Tejo e o Pinhal Sul, com o Senhor Presidente da CCDR-Centro e foi pedido de facto às Câmaras que executem que o dinheiro há-de vir, hoje não vou dizer mais, porque vamos ter uma reunião na Comunidade Urbana na segunda-feira e mais tarde terei que dizer aos Vereadores que é que se passou. -----

A única coisa de preocupante que tem aqui, é que cada vez que vamos a uma reunião mudam as regras, quem puder apresentar mais coisas que apresente. -----

Quando se falou da baixa de salários, quero dizer que a Câmara Municipal do Entroncamento não recorre a serviços externos, houve algumas reformas e com isto não quero dizer que se meta pessoal operário, mas ainda nos falta alguns técnicos e quando nos falta alguns técnicos nós propomos que eles entrem para a Câmara, porque eles é que nos trazem sempre uma mais valia acrescentada, com o seu conhecimento. -----

Capacidade de endividamento isso passa pela obras comunitárias, mas quero dizer aqui, que o Entroncamento foi altamente penalizado e quero ver se não vai ser mais penalizado enquanto for Presidente de Câmara ou pelo menos que eu conheça as regras do jogo. -----

Quando fizemos o Jardim de Infância sul e a Escola do primeiro ciclo, a Câmara Municipal do Entroncamento pediu o excessionamento desse endividamento, acho que já disse isto aqui na Assembleia, quando lá chegou só nos fizeram o excessionamento na parte ilegível, nós recorremos disso à DGAL e disseram-nos que só seria excepcionado – porque outras Câmaras e a vizinha Torres Novas, estou à vontade para falar nisto, porque é conhecido e outras, que já tinham ultrapassado o nível de endividamento não contam nada para o endividamento - e eu perguntei porquê? -----

Procurei saber junto do meu colega de Torres Novas, que era o Presidente da Comunidade Urbana e procurei também saber junto da DGAL e eles disseram que só é excepcionado quando passar o limite e volto a dizer aqui, que continuam de facto os mais prevaricadores a ser beneficiados nisso, amanhã seremos nós de certeza absoluta, não pode ser de outra maneira. -----

Em relação ao trabalho suplementar, o ano passado houve menos trabalho suplementar do que no ano anterior e este ano há menos trabalho suplementar do que o ano passado, tem vindo a baixar o trabalho suplementar. Quando cá estive a inspecção obrigou-nos a que os nossos trabalhadores não façam horas extraordinárias, o trabalhador que ganhe quatrocentos e cinquenta euros não pode fazer horas extraordinárias, nós fazemos seis dias por semana na recolha do lixo e ao sábado não posso colocar os nossos trabalhadores a trabalhar, temos que os pôr a trabalhar de segunda a sexta e outros de terça a sábado, não pode haver trabalho suplementar, o que nos obrigou a baixar. -----

Quanto ao parque do Bonito em que o investimento é muito grande, isto de facto são opções políticas. -----

Este Governo e tenho que dizer isto ao senhor, o QREN começou a sair com regulamentos e os regulamentos quando saíram para a requalificação urbana, foi dito pelo Governo que isto seria para zonas ribeirinhas ou para zonas históricas e o

Este Governo e tenho que dizer isto ao senhor, o período do QREN é que começou a sair com regulamentos e os regulamentos quando saíram para a requalificação urbana, foi dito pelo Governo que isto seria para zonas ribeirinhas ou para zonas históricas e o Entroncamento ficaria fora disso tudo, procurámos provar que a linha do caminho de ferro era um rio seco que nós tínhamos no meio do Entroncamento, e ao longo dessa zona houve um plano de intervenção, onde apanha o Bonito, a Coferpor e certas zonas aonde foi possível meter. -----

Nós fizemos a aposta no Bonito porque achamos que o Entroncamento também tem direito a ter um parque de cidade, aquilo é para nós e para os nossos filhos. -----

O espaço junto ao CERE preocupa-me, aquele espaço pertencia a uma firma de dois sócios que tinham uma desavença entre eles e não havia hipótese de assinarmos as garantias bancárias, aquilo anda ali há muitos anos enrolado. -----

Neste momento judicialmente está resolvido o assunto da empresa que se separou e portanto a todo o momento teremos novidades sobre este espaço. -----

Foi deixado aqui no ar em relação à contratação de pessoal, para meter pessoal se o Partido Social Democrata tem dinheiro, faça isso a gente não sabe, sabe, o senhor recebeu uma ficha de cabimento para cada indivíduo que se mexe no quadro, portanto o senhor não diga que não sabia, porque isso faz parte dos documentos que a Câmara enviou à Assembleia.”

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: